

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 964/XV/2.<sup>a</sup>

### BOICOTE E SANÇÕES A ISRAEL PELO FIM DO GENOCÍDIO EM GAZA

Há semanas que Israel massacra a Faixa de Gaza e a sua população. Há semanas que a aviação israelita bombardeia de forma indiscriminada e ao arrepio de qualquer direito internacional ou humanitário. Campos de refugiados, escolas, hospitais, edifícios da missão das Nações Unidas no território, tudo foi transformado em alvo. Da invasão terrestre chegam notícias de tortura, execuções e invasões a edifícios onde se abrigam os muitos milhares de deslocados, na sua maioria mulheres e crianças.

É uma operação de limpeza étnica que está em curso. A que o Estado de Israel tem vindo a colocar no terreno durante anos de ocupação, de estabelecimento de colonatos, de incursões militares e de prisões arbitrárias de palestinianos, e que agora assume outras proporções. Não se trata de um conflito, mas sim de um genocídio.

Mais de 18 mil civis palestinianos foram assassinados desde o dia 7 de outubro, entre eles cerca de 7000 menores, o que já levou a UNICEF a classificar a Faixa de Gaza como um cemitério de crianças. Muitos outros palestinianos estão a ser deixados à morte por falta de acesso a medicamentos e outros tratamentos, por destruição das instalações de saúde e pelo não acesso a água e comida.

A UNICEF, a OMS, a ONU, todos têm alertado para uma situação devastadora que se agrava a cada dia que passa e que coloca toda a população em risco de vida.

O sistema de saúde no enclave de Gaza colapsou, seja pela falta de combustível ou de medicamentos, seja pelos ataques consecutivos que têm destruído centros de saúde, hospitais e até ambulâncias. Com isso interromperam-se tratamentos a pessoas com cancro, impossibilitou-se o tratamento de muitos feridos, tornou-se impossível salvar doentes. Bebés deixaram de ter acesso a incubadoras e são vários os relatos feitos pela

Organização Mundial de Saúde de cirurgias que acontecem sem anestesia e sem as condições básicas.

Gaza continua praticamente privada de ajuda humanitária, com Israel a racionar o acesso a bens essenciais como combustível, alimentos e medicamentos. A falta de combustível não permite a dessalinização da água e há vários relatos de palestinianos que passaram a consumir água salgada no dia-a-dia. A fome, a sede e a doença são hoje a realidade que a população de Gaza enfrenta.

Dentro do território cercado e bombardeado constantemente pelas forças israelitas há cerca de 2 milhões de pessoas deslocadas, o que corresponde, segundo o Comissário-Geral da Agência da ONU para a Palestina, “à maior deslocação de palestinianos desde 1948”. Destes deslocados, mais de 800 mil estão acolhidos em instalações da ONU ou em campos de refugiados na Faixa de Gaza. Mesmo assim não estão seguros. Foram já vários os bombardeamentos a campos de refugiados e até um comboio de ambulâncias foi atacado quando se preparava para evacuar alguns doentes críticos através da fronteira de Rafah.

Este é o relato de um extermínio em curso. Um extermínio que o Estado de Israel pretende continuar.

Apesar da esmagadora votação na Assembleia Geral das Nações Unidas a defender um cessar-fogo imediato, o Governo de Israel já veio dizer que pretende continuar a devastar a Faixa de Gaza e a matar a sua população civil indiscriminadamente.

O Estado israelita não pode continuar a agir acima da lei internacional, não pode continuar a cometer um genocídio aos olhos de toda a gente e não ser impedido. Israel, o Estado que mais resoluções da ONU desrespeitou, uma força ocupante e colonial, não pode continuar impunemente a sua política de agressão.

Além da condenação inequívoca das ações de Israel contra a Palestina, além da defesa do direito internacional e humanitário, além de se dever levar os responsáveis políticos e militares israelitas ao Tribunal Penal Internacional, é preciso avançar para a aplicação de sanções e boicote a Israel. Para que a agressão cesse de imediato, toda a diplomacia continuará a ser insuficiente.

A presente iniciativa legislativa defende, por isso, a elaboração de sanções a Israel enquanto persistir numa política de punição coletiva, de expansão colonialista e de limpeza étnica. Neste sentido, o estado português deve recusar qualquer colaboração militar ou logística em operações que envolvam as Forças de Defesa Israelitas. As

empresas israelitas ligadas à indústria do armamento, que financiem as atividades do governo e do exército ou que sejam cúmplices da ocupação dos territórios palestinos, devem ser alvo de boicote nacional e internacional.

Parar o genocídio e a desumanidade, construir a paz e reconhecer o direito dos palestinos à vida, à liberdade e à autodeterminação. É esse o nosso objetivo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Aplique e defenda a aplicação, no âmbito da União Europeia e da ONU, a imposição de sanções a Israel enquanto não existir um cessar-fogo humanitário permanente na Faixa de Gaza.
2. Portugal recuse qualquer colaboração militar ou logística em operações que envolvam as Forças de Defesa Israelitas.
3. Defenda, no âmbito da União Europeia e da ONU, a cessação imediata de venda de qualquer tipo de armamento a Israel.
4. Aplique e defenda a aplicação, no âmbito da União Europeia e da ONU, de sanções e boicote comercial e económico a empresas israelitas ligadas à indústria do armamento, que financiem as atividades do governo e do exército ou que sejam cúmplices da ocupação ilegal dos territórios palestinos.
5. Portugal apoie, no âmbito da União Europeia e da ONU, uma investigação do Tribunal Penal Internacional aos crimes de guerra cometidos na Faixa de Gaza.

Assembleia da República, 14 de dezembro de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; José Soeiro; Pedro Filipe Soares;

Isabel Pires; Mariana Mortágua